



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 18/2016

----- Aos dezanove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à respetiva substituição . -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 16/2016, referente à reunião ordinária de 26 de agosto. -----

----- Aprovada a ata nº 16/2016, por unanimidade dos presentes com direito a voto (5 votos a favor).-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e cinco euros e cinquenta cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE SANTARÉM - AGRADECIMENTO -

----- ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – 1º SEMESTRE 2016 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção para chamar a atenção para o agravar da situação face à demora na resolução do problema do IC2 na freguesia de Asseiceira e ainda quanto às obras e ao tão falado caso das acessibilidades de há vinte e nove anos, bem como a demora na resolução da requalificação da EN 114.-----

Frisou a necessidade imediata do município de Rio Maior obrigar o Poder Central e as respetivas instituições, a tomarem decisões relativamente à situação da circulação de trânsito de pesados na freguesia de Asseiceira, pois não se trata apenas de uma questão de civismo e apesar da GNR estar avisada, quem vive a dez metros da EN1, até durante o fim-de-semana tem muita dificuldade em descansar.-----

Afirmou que há um plano mínimo de resolução do problema feito pelos Técnicos da Câmara e que foi aprovado na Assembleia de Freguesia quando era Presidente de Junta, que não resolverá tudo, havendo que criar soluções para minimizar o problema e garantir a execução de uma estratégia que force o Governo Central a este tipo de resolução, porque tinha muitas dúvidas, se aquele buraco põe em risco, de facto todos os planos de segurança a norte e a sul do Nó do IC2. Informou que esta questão já está na Assembleia da República, não só por via dos Partidos, mas também por iniciativa de cidadãos que se sentem prejudicados e indignados, opinando que deverá ser encontrada uma estratégia comum para forçar a resolução do problema. Disse ainda que para se deslocarem para determinados locais tem de fazer mais quilómetros, tratando-se de uma situação que altera completamente a rotina das pessoas e atira Rio Maior para “fora da fronteira”, frisando que todos têm direito às acessibilidades, tanto mais que elas existem, havendo que encontrar soluções, pois se acontecer uma desgraça não se sabia a quem pedir responsabilidades, se ao Ministério da Economia, se ao Ministério do Ambiente, ou às Infraestruturas de Portugal, frisando que devem assumir essas responsabilidades, pois não se pode continuar assim. Solicitou informações sobre este assunto e também sobre as formas de exigir aos vários “Poderes” a resolução deste problema. -----

----- Sobre a situação financeira do município, referiu que o documento era muito interessante quer, do ponto de vista dos conteúdos numéricos, quer das práticas políticas executadas e solicitou esclarecimentos relativamente às GOP's pois apresentam uma taxa de execução relativamente baixa, (página seis) cerca de quarenta, setenta por cento no 1º semestre, pelo que gostaria de saber as dificuldades

das autarquias em geral e deste município em particular, ou seja é muito genérico, sendo certo que lhe iriam falar do FAM, da redução dos impostos e da aplicação do PAEL, devia estar mais explicito, considerando que não chega o que está no documento, pois para além da riqueza que tem em termos de números, tem que ir mais “fundo” para encontrar as causas.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao documentos sobre a situação económico-financeira do município e considerou muito gratificante tomar conhecimento do que aponta para a redução de despesas e da dívida, apesar de considerar, pela análise que fizera que ainda há um caminho a percorrer, no entanto parecia-lhe estar no bom caminho e frisou que os esforços devem continuar sem os sacrifícios dos munícipes, mas em prol da defesa de todos os seus interesses. -----

----- Questionou também o ponto da situação da requalificação da EN114, obras prometidas há algum tempo e onde constantemente existem acidentes. Também referiu a questão do nó de acesso ao IC2, com todo o prejuízo que advém para a localidade de Asseiceira, tanto mais que se vai entrar numa época de chuvas e os problemas provavelmente vão agravar-se.-----

----- Sobre as questões do Centro de Saúde, muito embora tenha ficado satisfeita com as medidas tomadas para a fixação de médicos, chamou a atenção para estado de conservação do edifício que não está nas melhores condições e cujo espaço exterior está em muito mau estado, e embora compreenda que não é da responsabilidade da Câmara, questionou se não poderia ser abordada esta questão em reunião com a ACES Lezíria, no sentido de tentar resolver a situação, pois como tudo se passa no concelho de Rio Maior, a Câmara Municipal acaba por estar envolvida na resolução do problema.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar na questão dos incêndios e congratulou-se pelo facto de tudo ter corrido muito bem a este nível no concelho de Rio Maior, comparando com o que aconteceu a nível nacional, esperando que a situação se mantenha porque já não seria a primeira vez que no mês de setembro surgem incêndios complicados no concelho. Relativamente aos Bombeiros e outras entidades da Proteção Civil opinou que estes deviam encetar outros caminhos, com novas tecnologias, pois um incêndio detetado atempadamente tem muito mais hipóteses de ser controlado. Falou também na questão das faixas de proteção com a limpeza dos caminhos, junto das vias de comunicação que é importantíssimo e espera que no próximo ano se consiga ter uma

intervenção em termos de prevenção, não se devendo ficar acomodado porque tudo correu bem.-----

----- Quanto à requalificação da EN114 é uma questão que se arrasta há anos, havendo um protocolo com o Governo e esta questão que agora aconteceu no IC2 na Asseiceira, na sua opinião é uma situação que penaliza duplamente, porque para além de penalizar a população de Asseiceira, também penaliza a EN114, porque deixando de estar em funcionamento o Nó de Asseiceira, o tráfego é reforçado no Nó da Zona Industrial. Nesse sentido lembrou o esforço que foi feito há uns anos no sentido de conseguir que os Nós existissem, nomeadamente o de Malaqueijo, o do Oeste, o do Este e ainda o da Senhora da Luz.-----

Lembrou que a localidade de Asseiceira, infelizmente, foi notícia a nível nacional, depois de vários residentes terem sido vítimas de acidentes na EN1, com tomadas de posições duras e com cortes de estrada, mas fora possível as diferentes forças políticas articularem posições na Câmara Municipal de Rio Maior, no Governo e na Assembleia da República no sentido da defesa dos interesses dos riomaiorenses, concretamente do povo de Asseiceira.-----

Disse ser uma pessoa de diálogo, e opinou que este diálogo não estava a resultar, disponibilizando-se perante a Senhora Presidente, caso assim o entenda, para se solicitar uma reunião ao membro do Governo que tem a Tutela destas matérias e dizer-lhe “basta” e que Rio Maior está disponível para encetar outra forma de luta que será aquela que os riomaiorenses entenderem ser a mais apropriada, mas a situação como está não pode continuar, assim como não se pode continuar a assinar protocolos e acordos com o Governo que depois não se cumprem, frisando que não pode voltar a acontecer na Asseiceira aquilo que, infelizmente, já aconteceu há duas décadas.-----

Reforço mais uma vez que a Senhora Presidente tem a sua concordância para marcar uma audiência e anunciar ao Governo que, caso não queira dialogar, se prepare para uma “guerra” com Rio Maior, e estão disponíveis para essa luta porque ele é legítima, pois é abusivo o que tem sido feito pela Administração Central em relação à Câmara Municipal de Rio Maior e aos riomaiorenses. Referiu que, provavelmente o que está a acontecer no Nó do IC2 e no Nó de Asseiceira é também um aproveitamento pressionado pela concessionária, porque um Nó custa dinheiro a manter e o Governo consente que isso aconteça. Terminou esta matéria referindo que podiam contar com a sua disponibilidade para o que entendesse, pois nesta questão os interesses dos riomaiorenses estão acima de tudo.-----

----- Sobre as candidaturas ao “Portugal 2020” opinou que estavam anunciadas oportunidades na área da mobilidade, que é uma das grandes apostas e pediu que os serviços da Câmara Municipal estivessem atentos a esta situação. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Iniciou a intervenção referindo-se à apresentação pública do Portal do Associativismo realizado no sábado passada na Biblioteca Municipal que teve grande participação das Associações, com quarenta e seis inscrições, o que representa a força e importância do movimento associativo e quando são apresentados projetos que trazem uma mais-valia para este movimento, as associações aderem desta forma.-----

Disse tratar-se de um portal que vai permitir a comunicação entre a Câmara Municipal e as Associações, um portal que vai permitir a comunicação entre as Associações e a população e também entre as diversas Associações. Trata-se de mais um avanço para o associativismo e que contempla também que os contratos-programa serão submetidos através do portal, funcionando ainda como uma agenda cultural, desportiva e de juventude do movimento associativo de todo o concelho, será um portal que, com certeza, irá ser um sucesso.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o IC2 referiu que as Estradas de Portugal da área de Santarém informaram que até final do mês de setembro iriam fazer a monitorização do que estava a acontecer, para posteriormente se pronunciarem. Disse que também já se deslocara ao local com o Diretor de Estradas de Santarém e também já chamara a atenção por diversas vezes para a falta de sinalética, bem como alertaram para algumas medidas que na opinião do Executivo deviam ser implementadas na EN 1, mas ainda nada foi feito. Frisou que o município de Rio Maior tem estado atento e tem feito a pressão possível. -----

----- Quanto à EN114 informou que desde as últimas reuniões que houve e de um ofício da Senhora Presidente em que esta se comprometia a suportar dos quinze por cento nacionais, sete, cinco por cento, o Instituto de Estradas outros sete, cinco, sendo o restante participado através de uma candidatura, mas até à presente data ainda não houve qualquer evolução.-----

----- Quanto às candidaturas ao Portugal 2020 informou que o Município de Rio Maior entregou candidaturas que foram aprovadas no montante de cerca de dois milhões de euros para a mobilidade, que engloba a recuperação de troços na cidade, ciclovias, etc. recordando que o plano que é preciso ser feito através da CIMLT ainda não está

concluído, aguardando-se indicações para avançar. -----

----- Relativamente à requalificação da Escola de Asseiceira informou que também já foi entregue a pré-candidatura na primeira semana de agosto e embora o dinheiro esteja cativo para o município de Rio Maior, aguarda-se a aprovação para poder lançar o concurso que está concluído. -----

----- Sobre o PEDDU informou que está em fase de adjudicação a recuperação da antiga Biblioteca e do Salão dos Bombeiros e durante a próxima semana irão para concurso público, a recuperação da Praça da República e Praça do Comércio, assim como a requalificação da Rua João de Deus e ruas envolventes.-----

----- Relativamente à Villa Romana informou que neste momento o processo foi entregue na Direção-Geral do Património, a fim de se pronunciarem sobre a viabilidade da obra, isto após o município de Rio Maior ter enviado o levantamento georreferenciado que foi feito pela Universidade de Évora, para não haver incompatibilidade entre as fundações que são necessárias fazer e as ruínas que possa haver no subsolo.-----

----- Quanto à requalificação da Zona Ribeirinha referiu que está a decorrer a fase de pré-negociação, pois aguarda-se que o perito oficial informe qual o valor dos terrenos, após o que irão ser iniciadas as negociações com vista ao desbloquear do processo.---

----- Informou que já começaram as obras na zona de influência do furo do Centro de Saúde, assim como também está previsto começar na presente data a intervenção na parte norte do concelho, a nível de telemetria/telegestão que vai desde o depósito da Fonte da Bica até aos Casais Monizes.-----

----- Também deu conhecimento, relativamente à Vila da Marmeleira que na passada semana foi feita a ligação a todos os sistemas de telegestão entre o antigo depósito e o novo, e embora tenha sido um ano pacífico relativamente à falta de água, neste momento o sistema está concluído.-----

----- Terminou a intervenção referindo que se perspetiva que até final do mês se iniciem as obras para substituição da calçada por betuminoso, nas passadeiras da cidade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou o período de resposta às questões levantadas sobre o IC2 e EN114, informando que já solicitara uma audiência com o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, o qual informou que o ofício fora remetido ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Guilherme de Oliveira Martins, frisando que a Câmara está a tentar resolver este assunto pressionando em todos os sentidos, nomeadamente junto da Tutela e da Infraestruturas de Portugal, na Delegação Regional de Santarém. Informou que aguardam a marcação da audiência desde o dia

dezassete de agosto, opinando que nessa mesma audiência deve estar presente alguém das Infraestruturas de Portugal.-----

----- Agradeceu a disponibilidade do Vereador Carlos Nazaré para apoiar a estratégia que pretendem seguir e a luta que pretendem travar com as Estradas de Portugal e com o Governo, dado que são confrontados diariamente com a situação daquele Nó estar fechado e do incómodo que causa a quem por ali circula, a quem vive na Asseiceira e a quem se dirige para Rio Maior, também por alguma falta de sinalética. Do evoluir desta situação, que é uma das preocupações principais do executivo, será sempre dado conhecimento à Câmara. -----

----- Sobre a EN 114 recordou que foi assinado um protocolo entre o Governo, as Estradas de Portugal e a Câmara, mas também é verdade que parte daquela estrada não é da responsabilidade da Câmara, trata-se de uma intervenção que envolve um valor significativo e eles próprios também dizem que o projeto está fechado, havendo um conjunto de outros compromissos com outras entidades também para a realização daquela via, e eles diziam que caso existam Fundos Comunitários seria através dessa comparticipação e seriam cinquenta por cento assumidos por ambas as partes. Aguardam condições para poder avançar com uma candidatura para avançar com a obra. A audiência solicitada será para abordar não só a questão do IC2, mas também a requalificação da EN 114, considerando que o executivo gostaria imenso de poder avançar com a requalificação desta via que tão importante é para todos os riomaiorenses.-----

----- Respondendo à Vereadora Célia Flores e relativamente às obras necessárias no Centro de Saúde e zona envolvente ao mesmo informou que o edifício não era propriedade da Câmara Municipal, mas que lhe podia dar informação detalhada sobre o levantamento que foi feito, já com orçamentos, e que estava previamente acordado com o anterior Governo para que se pudesse calcular o valor das obras a fazer, para que o Estado Central passasse aquelas instalações para a Câmara Municipal, o que não aconteceu porque entretanto houve mudança de Governo, aguardando-se pela estratégia do atual, no que respeita a esta matéria. -----

Informou que os serviços municipais continuam a fazer a limpeza e alguma manutenção na zona envolvente ao Centro de Saúde, pois também é a imagem da Câmara que está em causa, e recordou que quando foi Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, havia um valor mensal que a ARS transferia para a Junta de Freguesia e esta fazia a manutenção da zona envolvente, entretanto essa verba deixou de ser transferida mas a Câmara Municipal continua a fazer essa manutenção.-

----- Disse também que na sequência da tomada de posse da nova Presidente da ARS, já houve uma reunião com os onze municípios, onde esteve presente a equipa

projetista e das infraestruturas que ficaram de agendar uma reunião para se verificar o estado do Centro de Saúde, pois não é só a zona envolvente, é também a sua parte interior, também com a questão da eficiência energética, dado que pretendem avançar com um conjunto de medidas necessárias para aquelas instalações. Frisou que esta é uma situação que têm acompanhado e referiu que a relação é excelente com o Governo e com as entidades nomeadas por este, nunca houve e nunca permitiria que houvesse algum relacionamento menos favorável para a comunidade riomaiorense e para o concelho, por questões partidárias, pois estas têm momentos próprios e neste momento o seu partido é o seu concelho e essa tem sido a forma como se tem relacionado com o Governo, com toda humildade que a caracteriza e que eles também reconhecem.-----

----- Seguidamente deu a palavra ao Chefe de Unidade Financeira e Ação Social, que prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados pelo Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, sobre a Taxa de Execução das Grandes Opções do Plano, página seis.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- A preocupação que está aqui, do ponto de vista estratégico, é que a CDU tem muito receio que venham a fechar os Nós de ligação, pois o problema do IC2 não foi resolvido, passaram três décadas, assim como a questão do acesso da A15 ao centro da cidade e ainda a questão do buraco provocado pelo areeiro, pois não se dispõem de informação técnica, sobre se este obrigaria a encerrar aquele nó do IC2, e mau seria que se tivesse que andar para trás, pois tudo o que anda a ser falado é que “o Nó dá muita despesa”. Frisou que todos são poucos para reivindicar aquilo que é dos riomaiorenses e que é um direito adquirido e este processo não pode andar a ser protelado, pois isso tem como finalidade acabar com os Nós de acesso a Rio Maior, sendo esta a grande preocupação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- De novo no uso da palavra sugeriu á Senhora Presidente que oficiasse no sentido de saber para quando estava previsto o agendamento da reunião uma vez que já passara mais de um mês após o assunto ter sido encaminhado para o Senhor Secretário de Estado. Insistir na urgência da reunião dado que continua fechado o Nó de Rio Maior do IC2.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- . Reforçou que a insistência no pedido de audiência se devia a razões urgentes, tais como o fecho do Nó de Rio Maior no IC2 e também por compromissos assumidos relativamente à requalificação da EN114, que liga a cidade ao Nó da A15.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – 2º TRIMESTRE 2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e parecer emitidos, remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento referente ao 1.º trimestre de 2016, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas previstas no PAF, nos termos do definido na alínea a), do n.º1, do art.º 12.º da Lei 43/2012, de 28 de Agosto.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Quanto a esta matéria referiu que foi um instrumento criado na perspetiva de apoio à economia local, no entanto os seus resultados foram bem evidentes, e não sendo o mais doloroso PAEL, foi uma maneira para proceder à atualização anual do tarifário de abastecimento de água, atualização anual do tarifário do saneamento básico, atualização anual do tarifário de resíduos sólidos, atualização anual da tabela geral das taxas e licenças que está para ser implementada em dois mil e dezasseis, cuja proposta de alteração do regulamento está a ser elaborada pelos serviços, após o que se espera uma atualização da tabela; aplicar a taxa de resíduos hídricos e a TGER ao consumidor final; aplicação de taxas a estacionamento cobertos do município; avaliação Geral de Imóveis – IMI; venda de bens de investimento e a redução anual de 1% em custos com pessoal até 2017, o que para além de representar uma violação à autonomia financeira e de projetos das autarquias locais, é uma ingerência, cujo único objetivo é pagarem os mesmos de sempre. Frisou que a CDU é contra o PAEL, apesar de haver medidas com as quais estão de acordo, como os pagamentos que não devem ultrapassar os noventa dias e que os municípios não se devem endividar, por endividar. Disse ainda que o PAEL juntamente com FAM, representam o fim da autonomia municipal, são instrumentos com os quais não poderão nunca pactuar. Do ponto de vista político está na altura de dizer "basta". Disse que iria votar contra e também vão exigir a paragem do pagamento do FAM e numa fase posterior irão exigir a devolução do dinheiro que já foi pago.-----

----- Terminou a intervenção apresentando algumas questões técnicas, as quais lhe foram respondidas pelo Chefe de Unidade Financeiras e Ação Social.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Relativamente a esta matéria disse que se se quer uma política equilibrada, redução de despesas, redução da dívida, se se quer receitas, estas têm que vir de algum lado e deve ser dada como razoável esta política que está implementada, havendo que perseguir com a mesma, embora não seja de todo agradável, mas há coisas que já estão a ser executadas e outras vão nesse sentido, afirmando que tinha dúvidas quanto aos limites para contratação de pessoal, recordando a falta de auxiliares de ação educativa nas escolas e se isso também seria uma medida a ser restringida pelo PAEL.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Sobre o PAEL esclareceu que em termos financeiros os últimos anos foram de consolidação das contas do Município e sem nunca pôr em causa o normal funcionamento da autarquia e os investimentos, permitiu o que está refletido neste relatório, e, pela primeira vez neste ano de dois mil e dezasseis não se verificam pagamentos em atraso superiores a noventa dias, embora a Câmara Municipal de Rio Maior nunca tenha atingido situações muito graves, o que é uma honra para o município, que deve ser um bom pagador e dar o exemplo, sendo este um aspeto concreto que é importante salientar.-----

----- Sobre a questão colocada pela Vereadora Célia Flores referiu que nas escolas, está tudo assegurado, tal como nos anos anteriores. Quanto às novas regras em vigor, estas dizem que não se pode contratar se houver desequilíbrio financeiro e neste momento a Câmara Municipal, por todo o trabalho que tem desenvolvido está em condições de abrir procedimentos concursais e isso não irá pôr em causa o equilíbrio financeiro do futuro.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Interveio começando por dizer que funciona em função da sua consciência e não em função daquilo que os outros gostariam que fizesse e preza muito a sua autonomia e liberdade e, nesta proposta, o que realmente está em causa é o envio do documento à Assembleia Municipal e por essa razão nunca votaria contra, pois não está em causa a avaliação do que é o PAEL, porque essa avaliação já foi feita em tempo oportuno.-----

----- Seguidamente congratulou-se que o prazo de pagamento aos fornecedores fosse inferior a noventa dias e espera que isso ainda diminua. Também se congratulou que, com tudo aquilo que a Câmara ficou obrigada a fazer, o tenha feito com moderação e que algumas medidas ainda não tivessem sido tomadas porque isso se reflete em benefício dos munícipes. Lamentou que aquando da aprovação do PAEL, a maior fatia fosse para as Águas do Oeste e para outros interesses, mas a Câmara Municipal tinha que optar se queria o financiamento e na sua opinião fez muito bem em o aproveitar

porque ainda assim, mesmo endossando esse compromisso a outras entidades, conseguiu resolver questões financeiras que atualmente se traduzem em critérios de boa gestão.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o PAEL não limita a contratação de pessoal. Referiu também que o prazo médio de pagamento era de oitenta e dois dias, de acordo com a última informação de que dispunha.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

.----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Como tem sido o princípio, nós relativamente ao documento, abstenho-nos, mas somos, do ponto de vista político, frontalmente contra o PAEL e a sua execução.”-----

----- **PONTO III - TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM - 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei 127/2015 de 3 de Setembro e da alínea b) do nº 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2017.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IV - LANÇAMENTO DE TAXA DE IMI - 2016** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que quando estavam a preparar esta proposta questionaram a área financeira sobre qual era o montante da dívida total da Câmara a fornecedores e banca e, de acordo com a informação dos serviços, consideraram que havia condições de apresentar a presente proposta, dado os indicadores financeiros da autarquia, embora necessitando ainda de salvaguardar as verbas necessárias para a continuidade dos investimentos previstos.-----

----- Continuando no uso da palavra a Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal, em face da informação apresentada as seguintes taxas de imposto municipal sobre imóveis:-----

- 1) Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI;-----
- 2) Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI;-----
- 3) Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono;-----
- 4) Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista no nºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI.-----
- 5) Mais deliberou reduzir a taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que todos sabem que as autarquias precisam de verbas e, infelizmente, os Governos anteriores têm vindo a retirar o que devia ser a distribuição equitativa da Lei das Finanças Locais, pois a distribuição dos impostos que devia ser de vinte e três e meio para os municípios, passou para dezanove, oito por cento, uma redução significativa daquilo que seria a distribuição equitativa dos impostos para as autarquias. Sobre o IMI referiu que a proposta de redução feita e que começou no ano anterior é sempre bem vista, pois considerando a situação financeira da Câmara, no relatório anterior verifica-se que não está em risco porque não tem grandes dívidas do ponto de vista mais global e a manter-se um ritmo de redução da dívida até oito milhões, consegue-se gerir sobre todos os pontos de vista. Disse que o IMI vai ser alvo de alterações no Orçamento Geral do Estado e sobre a proposta apresentada preferiam que fosse a taxa mínima, embora compreendam que dado o nível de restrições que são colocadas, mas considerando a redução do IMI para compra de imóveis para habitação para pequenas famílias, iria abster-se como sinal político para que no próximo ano possa ser reduzido à taxa mínima.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Congratulou-se com a proposta de baixar o IMI em comparação com o ano passado, o que vem na sequência daquilo que o PS assumiu em campanha eleitoral e embora tenha sido tarde, mas houve um sinal da Câmara Municipal de Rio Maior em relação ao IMI. Disse ainda esperar que esta questão, que na sua opinião deve ser uma receita iminentemente local, não faça a Administração Central, abusivamente, pensar intervir nesta área, tanto mais que as notícias dos últimos dias não têm sido encorajadoras nesse sentido, mas percebe-se que algo se passa relativamente a esta matéria. -----

----- Referiu que estava previsto o agravamento de trinta por cento para os prédios degradados e como a informação de que dispunha relativa ao ano anterior, os valores recebidos foram inferiores a dois mil euros, o que considerou insignificante e que obrigará a uma intervenção continuada dos serviços da autarquia no sentido de identificar mais prédios, pois na sua opinião o património que está degradado e que afeta a paisagem em termos ambientais e cria riscos, deve ser onerado por esse abandono e ao invés aqueles que cuidam ou melhoram os seus prédios não podem ver o seu esforço penalizado.-----

----- Espera que a Administração Central que está ávida de alterar o património e alterar o IMI, olhe para a questão da degradação e se quer intervir que o faça aí, pois até os municípios agradeciam, devendo criar legislação própria para que, quem tem os prédios degradados ou os cuide ou os venda, ou ainda criarem condições às autarquias, para, através da utilidade pública, poderem desempenhar esse papel, e nesse caso, haveria uma harmonia completa entre a Administração Central e a Administração Local.-----

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Quanto ao IMI opinou que todos os executivos gostariam de baixar os impostos até ao limite que era possível, mas na realidade não se descem os impostos quando se quer, e sendo responsáveis na gestão, os impostos descem quando é possível e quando há condições para isso, nomeadamente quando se reestruturam os serviços, quando se reduz os custos, sem nunca pôr em causa os investimentos e o normal funcionamento da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

Disse ainda, sem qualquer crítica, sem qualquer discussão da bondade do endividamento da Câmara que foi feito num determinado contexto, numa determinada conjuntura, que não é a de hoje, que este executivo partiu de uma dívida de cerca de vinte milhões de euros e o anterior, em dois mil e nove, partira de uma dívida de vinte e seis milhões de euros e neste mandato a redução vai ser ainda superior, o que vai permitir à Autarquia aproximar-se de um valor da dívida que é possível gerir, oito a dez

milhões, sendo todo este trabalho que o permitiu. Aditou que, já no ano passado em termos de IMI houve um sinal, que foi a redução para as famílias dependentes que a Lei permitiu e a Câmara Municipal aplicou. Este ano está também a ser feita essa redução, dentro do enquadramento legal atual que permitiu uma redução efetiva de duas décimas, frisando que este é o caminho chegou-se a esta proposta com muito trabalho, com dedicação, com muita arte e engenho, com uma gestão financeira criteriosa, eficaz e que vai permitir no futuro alavancar todo o desenvolvimento do concelho de Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a essa nova taxa de IMI de que se fala, opinou que a mesma poderá pôr em causa as operações que se preveem no âmbito da regeneração urbana, dado que, de alguma forma, afasta os proprietários de valorizarem o seu património sabendo que irão ser brutalmente taxados a partir de determinado montante.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pela Vereadora **Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra:-----

“Votamos favoravelmente esta proposta porque ela integra uma redução do IMI, aquilo que o PS tinha assumido em campanha eleitoral e que corresponde ao nosso desejo. Votamos ainda favoravelmente porque entendemos que esta é uma competência iminentemente local e que a Administração Central, no nosso entender, não deve interferir na mesma.”-----

----- **PONTO V - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação apresentada propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de participação de 4,8% sobre o IRS nos termos do artigo 26.º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do Vereador **Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Abstivemo-nos porque pensávamos que era possível ir mais longe.”-----

----- **PONTO VI – LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, propor à Assembleia Municipal em face da informação apresentada:-----

- 1) Fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2016;-----
- 2) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2016 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação;-----
- 3) Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2016 às empresas com volume de negócios inferior a €150.000,00 que durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no art.º 16.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (Lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que riam votar a favor porque se vai tirar onde se pode e ainda consagra uma intenção de redução e de beneficiação daqueles que criam riqueza, ou seja as empresas.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pela Vereadora **Célia Maria Bento do Rosário Flores** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta porque entendemos que o município conseguiu fazer um abaixamento da taxa e esperamos que as empresas tenham condições de, além de tudo aquilo que suportam, continuarem a criar condições para criarem novos postos de trabalho.”-----

----- **PONTO VII – MEDIDAS DE INCENTIVO À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE FAMÍLIA NO CENTRO DE SAÚDE DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida e por forma a promover a fixação de médicos(as) no Centro de Saúde de Rio Maior, autorizar, excecionalmente, a despesa prevista para os meses de setembro a dezembro 2016, no valor total de 3.600,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que na opinião da CDU as responsabilidades do Estado devem ser por eles suportadas e esta foi uma medida de caráter excecional que foi

encontrada para permitir que viessem a ser colocados mais médicos e espera que no futuro se possa ter meios para a construção de uma nova unidade de saúde familiar. Disse ainda que iria votar a favor, como já o fizera anteriormente, contudo as ondas de choque criadas por isto à discriminação negativa face a outros, foram de tal ordem que uma nova medida ou outras medidas que venham a ser propostas devem envolver os próprios e tudo o que se ouve diariamente cria elementos muito desagradáveis de gerir e espera não ser necessário novas medidas porque isso significaria que algo mudara e que o dinheiro que a Câmara dá ao Ministério da Saúde face às Unidades Móveis já dava para aumentar a segurança que é dramática, durante a noite, para o arranjo das estradas e para outras questões.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Quanto a esta matéria referiu que também espera que não seja necessário aplicar mais medidas e disse ainda que era quase impossível envolver quem não quer ser envolvido.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do Vereador **Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pela Vereadores **Célia Maria Bento do Rosário Flores e Carlos Fernando Frazão Correia e Presidente da Câmara**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta que corresponde a uma opção que o executivo fez e gerir é fazer opções e ela foi feita no momento certo, obviamente que não agradará a toda a gente, mas agradará essencialmente aos utentes que são aqueles que precisam dos médicos.”-----

----- **PONTO VIII – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM 2016 – LISTA DEFINITIVA DE PROPOSTAS APROVADAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 34/Juv/2016, aprovar a lista definitiva de Propostas Aprovadas ao OPJ.-

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que já vira documentação sobre esta matéria e questionou se a lista já estava aprovada. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre este assunto disse que se tratava da aprovação da lista definitiva dos projetos que vão ser colocados a votação pelos jovens, referindo as várias fases do Orçamento Participativo Jovem, iniciando-se com a apresentação de propostas nos termos do regulamento, seguindo-se a fase de validação das mesmas, a qual é feita por uma Comissão Técnica. As propostas são analisadas de acordo com as

competências da autarquia, pois só podem ser aprovados projetos que a autarquia tenha competência para executar e tenham enquadramento no Orçamento.-----
Informou que apenas oito projetos foram presentes à Comissão Técnica para análise dado que um dos proponentes que apresentara dois, retirou um. Os projetos foram considerados em condições de serem propostos à Câmara como lista definitiva. Frisou que todos os projetos que foram apresentados são do domínio público e estão disponíveis para consulta. A fase seguinte será a votação por parte dos jovens entre os catorze e os trinta e cinco anos.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a apresentação das propostas e considerou que muitas delas eram perfeitamente viáveis e com poucos custos para o município, nomeadamente “instalação de um posto de carregamento para veículos elétricos”, havendo empresas que estão a suportar esses custos através de protocolos com as autarquias, sendo projetos que preparam melhor as cidades para o futuro, para a modernização e para uma utilização mais ecológica. Opinou que as propostas apresentadas eram viáveis e que algumas delas nem sequer envolviam meios financeiros consideráveis.-----

----- **VEREADOR CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Das propostas apresentadas relevou a “Introdução à Língua e Cultura Chinesa”.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Congratulou-se com as propostas apresentadas e sobre o abastecimento aos carros elétricos referiu que estivera reunido com duas empresas desta área no sentido se se avançar com a colocação de dois postos de abastecimento, não estando ainda definida a sua localização, embora tivesse sido sugerido junto do Pingo Doce, Jardim Municipal ou na Avenida Paulo VI. As empresas vão apresentar propostas informais, para se ficar com uma ideia sobre os custos, considerando que também vai sair legislação sobre esta matéria.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX – CERTIFICAR DESTAQUE DE PARCELA EM FONTE LAGOA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE SANDRA ISABEL LOPES AZENHA – PROCESSO Nº94/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face aos pareceres emitidos, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº 4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO X – PLANO DE PORMENOR DAS MARINHAS DO SAL – PRAZO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR E ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DO MESMO NA SEQUÊNCIA DE SUGESTÃO APRESENTADA NO ÂMBITO DO Nº 2 DO ARTº 88º - PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DO PRAZO CONSTANTE NA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13 DE MAIO DE 2016 – ADITAMENTO À INFORMAÇÃO COM REGISTO Nº 695/2016 (UBPM)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida, deliberou retificar o prazo de 5 meses constante na deliberação da Câmara Municipal do dia 13 de maio de 2016, a qual foi publicada no Diário da República através do Aviso n.º 7752/2016, referente ao Plano de Pormenor das Marinhas do Sal, fixando-se o prazo para elaboração do referido Plano em 13 meses contados a partir da data da publicação do aviso citado. Mais deliberou aprovar a nova delimitação do Plano de acordo com os documentos que se anexam, admitindo um aumento de área de 1,07 ha, passando a área de intervenção a possuir 43,56 ha, mantendo-se os objetivos do Plano e o seu enquadramento legal.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que iria votar a favor, mas questionou qual a razão de passar de cinco para treze meses e também qual era a vantagem que está associada ao alargamento da área de intervenção, porque normalmente nestas questões não se aponta para uma grande área de intervenção para permitir uma maior eficiência e eficácia do projeto. ---

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que quando o assunto fora presente a Reunião de Câmara consideraram que a área não era suficiente, devendo ser afeta uma área muito maior, de forma a poder contemplar situações de investimento, de negócios e de atividades económicas que dessem sustentabilidade a todo o investimento. Disse ainda que constatarem ter razão ao verem a presente proposta, considerando que a Câmara refletiu e traz o assunto novamente, permitindo assim englobar um investimento extremamente importante naquela área e que poderá ajudar a criar sustentabilidade, apenas lamentava que estas situações fossem feitas à medida e gostaria que a Câmara aproveitasse a oportunidade e ampliasse ainda mais, permitindo que daqui a algum tempo, se aparecer outro empresário, outros interesses económicos ou outra atividade isso já estivesse assegurado. Referiu que gostaria mais de uma Câmara que agisse do que uma Câmara que reagisse e disse que iriam votar favoravelmente.-----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Esclareceu que o critério que foi definido com o Gabinete que elaborou o projeto foi de que as parcelas deviam ficar todas dentro de uma determinada área, de modo a que o mesmo proprietário não ficasse com uma parcela dentro da área e outra fora, daí terem-se feitos pequenos reajustamentos. Posteriormente quando foi na fase da consulta pública, um proprietário de um terreno associado a uma empresa surgiu com uma proposta de investimento que só seria viável se o terreno em causa, que fazia extrema com a área já definida, fosse considerado. Referiu que quando se tentou fazer o Plano de Pormenor das Salinas que envolvia cerca de cento e cinquenta hectares, na sua opinião fora um erro porque um Plano não deve ser excessivamente ambicioso, nem muito restritivo, havendo que conseguir um meio-termo, porque uma coisa é um Plano, mas para o pôr em prática, é necessário investimento e quanto maior for a sua área, maior será a necessidade de investimento.-----

Frisou que o critério seguido foi respeitar a área de proteção definida pelo ex-IGESPAR, depois também se realizaram reuniões com o Parque Natural no sentido de definir uma área que salvaguardasse parte do núcleo habitacional da Fonte da Bica e Marinhas do Sal e todo o vale onde estão inseridas as Salinas.-----

----- Sobre a prorrogação do prazo referiu que os cinco meses eram para a elaboração efetiva do documento e não se contemplou o tempo que iria ser necessário para as entidades externas se pronunciarem. Também se verificaram alguns problemas em conseguir o cadastro porque na área definida há propriedades que envolvem heranças e partilhas, o que levou a alguns atrasos.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Senhor Adelino Marques Trindade -----

----- Informou que na localidade de Casais da Serra, próximo da Venda da Natária, não existem caixotes para o lixo e este tem de ser colocado na Venda da Natária que é a localidade mais próxima, pelo que solicitava um contentor para o local. -----

-----Informou também que não há número de polícia o que dificulta a entrega da correspondência por parte dos CTT. Solicitou ainda a pavimentação da estrada de Casais da Serra.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que iriam solicitar aos serviços que passem no local para, posteriormente, analisarem as situações apresentadas.-----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa** -----

----- Reportou-se à EM 508 e solicitou que o pavimento fosse regularizado naquela via, onde houve um rebentamento há mais de um ano, por baixo do IC2, ou então ser devidamente sinalizado, alertando para o perigo existente.-----

----- Referiu também a necessidade de reparar o pavimento na Rua do Carrascal, em Vale de Óbidos, onde se verificou uma fuga de água há mais de doze meses e que danificou a via.-----

----- Informou que na entrada do Centro de Estágios o chorão existente junto do rio tem um tronco partido o qual deve ser retirado do local e a árvore devidamente aparada a fim de embelezar aquele espaço da cidade.-----

----- Referiu a grande área de calçada existente na cidade e alertou para o facto de muita desta área se encontrar degradada, com muitos buracos, pois constatava que o município não estava a resolver esta questão com a contratação de calceteiros e opinou que devia haver uma brigada para fazer a manutenção destas obras.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a área de calçada existente na cidade referiu que isso se devia ao facto de haver apenas um calceteiro e de, por vezes, o civismo dos condutores não ser aquele que se adequa após recuperação ou requalificação do espaço. Deu o exemplo de uma área junto da Av. 5 de Outubro que foi requalificada e vedada, e ninguém respeitou o prazo em que as viaturas não deviam passar para não degradar o trabalho executado. Frisou que os serviços tentam fazer a reparação nos locais mais urgentes e onde os municípios andam mais a pé.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre esta matéria disse que um só calceteiro é pouco e não tem havido condições para contratar pessoal, o que espera que a curto prazo se ultrapasse. Sistemáticamente os utentes desviam a sinalética e passam nos locais onde ainda não o deviam fazer. Disse que muito tem sido feito, mas entre aquilo que é recuperado e o que vai ficando danificado esta área vai aumentando.-----

----- **Senhora Rosalina Jesus Aguiar** -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre a taxa de IMI que tem de pagar, dando conhecimento que, anualmente, a mesma tem aumentado.-----

----- Seguidamente reportou-se ao consumo de água e informou que, apesar de estar ausente da residência, ainda pagou mais água nesse período. -----

----- Solicitou também que fosse tapado um buraco na Rua D. Afonso Henriques, pois durante a noite o trânsito ao passar faz muito barulho. Solicitou também a reparação do passeio.-----

----- Para terminar deu conhecimento de quintais degradados e a necessitar de limpeza, assim como da existência de animais em pequenos espaços e que provocam mau cheiro junto das habitações.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu diversos esclarecimentos sobre esta matéria e informou que a Senhora Rosalina Aguiar deverá reclamar por escrito para a Autoridade Tributária.-----

----- Sobre a questão da água a Senhora Presidente solicitou ao Chefe de Unidade, Dr. Jorge Colaço que verificasse a situação junto da SUASTL.-----

----- Sobre as questões levantadas também prestaram esclarecimentos os Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.--

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando era doze horas e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____